



APPCC, ENTENDER PARA DESENVOLVER

JACKSON ANGELO FERREIRA LIMA JUNIOR

RESUMO

Foi observado nas informações prestadas no Manuais de Autocontrole das empresas do Amazonas no ano de 2023, que o elemento de controle IX - Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, no qual é exigido pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, através da Portaria nº 156/2021-ADAF/AM, datada de 31 de maio de 2021, resolve no seu Art. 1º. Torna-se obrigatório a implantação dos Programas de Autocontrole nos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal estaduais registrados no Amazonas, a dificuldade de implantação e implementação do APPCC nas empresas. O Brasil possui um nível de analfabetismo e analfabetismo funcional muito elevado, principalmente nas regiões norte e nordeste, o Amazonas está situado na região norte, e necessita desenvolver sua produção com qualidade e com menos legislação, pois o entendimento de sistemas mais complexos, podem desmotivar e prejudicar esses Brasileiros. Quase 80% dos produtores rurais possuem até o Ensino Fundamental Incompleto”, isso dificulta o entendimento de entender planilhas e gráficos numa empresa rural, além de que 85% dos responsáveis técnicos da empresa de Produtos de origem animal entregavam o manual de autocontrole com ausência de informações essenciais. Precisamos rever a legislação para ao produtores rurais e melhor o nível de conhecimento tanto para eles quanto para os responsáveis técnicos

Palavras-chave: Amazonas; Escolaridade; Produtor Rural; Autocontrole; Qualidade.

1 INTRODUÇÃO

Vimos que uma grande parte dos responsáveis técnicos que possui nível superior, não consegue entender a legislação e alguns sistemas de qualidade,

No Brasil, o APPCC foi implementado em 10 de fevereiro de 1998 pela Portaria nº46 do MAPA para instituir o sistema nas indústrias de produtos de origem animal e segue o modelo proposto pelo *Codex Alimentarius*.

O Sistema APPCC (Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) cuja sigla em inglês é HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Point), consiste em um sistema de controle sobre a segurança do alimento mediante a análise e controle dos riscos biológicos, químicos e físicos em todas as etapas, desde a produção da matéria prima até a fabricação, distribuição e consumo.

O sistema está baseado na prevenção, eliminação ou redução dos perigos em todas as etapas da cadeia produtiva mediante a aplicação de sete princípios básicos:

- 1- Identificar e avaliar os perigos;
- 2- Determinar os pontos críticos de controle;
- 3- Estabelecer os limites críticos;
- 5- Estabelecer as ações corretivas a

serem adotadas;

6- Estabelecer os procedimentos de verificação;

7- Estabelecer os procedimentos de registro.

É interessante que se tenha uma equipe multidisciplinar na empresa para conduzir o projeto, incluindo **profissionais das áreas de produção, qualidade e manutenção**, isso significa que a empresa tem que ter um bom conhecimento para implantação desse sistema, que obtém resultados maravilhosos, quando bem aplicados.

Ao verificar a situação das empresas da região Amazônica pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, através da Portaria nº 156/2021-ADAF/AM, datada de 31 de maio de 2021, que exige que as mesmas apresentem o Manual de Autocontrole, onde consta o elemento de controle IX - Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, verificou-se várias inconsistências técnicas e evidência da falta de implantação e implementação.

As empresas possuem como responsáveis técnico Médicos Veterinário ou Engenheiros de Pesca, que fazem a orientação técnicas e as orientações para seu desenvolvimento.

Interpretação de textos nada mais é que conseguir entender o que está escrito em um texto não só a partir da alfabetização, mas de maneira crítica, pensando e refletindo com base nas informações absorvidas.

Conforme o IBGE no seu Censo 2017, os produtores rurais do Amazonas, têm escolaridade concentrada em “Ensino Fundamental Incompleto” (79,50%). Pouco mais de 17% deles têm Ensino Médio completo e 3,00% possuem nível superior, sendo um público bem menos escolarizado que os empreendedores urbanos. A introdução deve ser breve e conter a contextualização do tema, o problema do estudo de forma clara e justificar o problema estudado de forma clara, utilizando-se fontes bibliográficas. O último parágrafo deve conter os objetivos do trabalho realizado. As citações do resumo expandido devem seguir o modelo de ABNT.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi utilizado o método de **pesquisa descritiva qualitativa**, com a finalidade de analisar a situação do entendimento dos empresários sobre o elemento de controle IX - Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, contante no manual de autocontrole, enviados pelas empresas, baseado na exigência da Portaria nº 156/2021-ADAF/AM, datada de 31 de maio de 2021 e contante na que considerando a necessidade da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas - ADAF/AM.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que os manuais, aproximadamente 85% dos manuais apresentados pelas empresas, apresentavam erros ou ausência de informações que pudessem ser aprovados.

Constatou-se os seguintes erros na descrição do manual: falta de publicação da ata de implantação do APPCC; falta de organograma; falta de equipe constituída; ausência de pontos críticos e/ou pontos críticos de controle; cópia de estruturas da internet e descrição de outras empresas; ausência de ações corretivas para as não conformidades e estabelecimento dos perigos na empresa.

Outro ponto de observação é sobre a taxa de analfabetismo e analfabetos funcionais no Brasil, visto que é necessário um bom nível intelectual e de entendimento para verificar os pontos necessários para correção no sistema, analisar as planilhas e gráficos, desenvolver métodos e implantar as soluções no sistema.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) verificou na última pesquisa realizada pelo órgão, que a taxa de analfabetismo funcional no Brasil foi estimada em 18,3% e que o total de analfabetos funcionais observados em 2012 chegou a 27,8 milhões de pessoas.

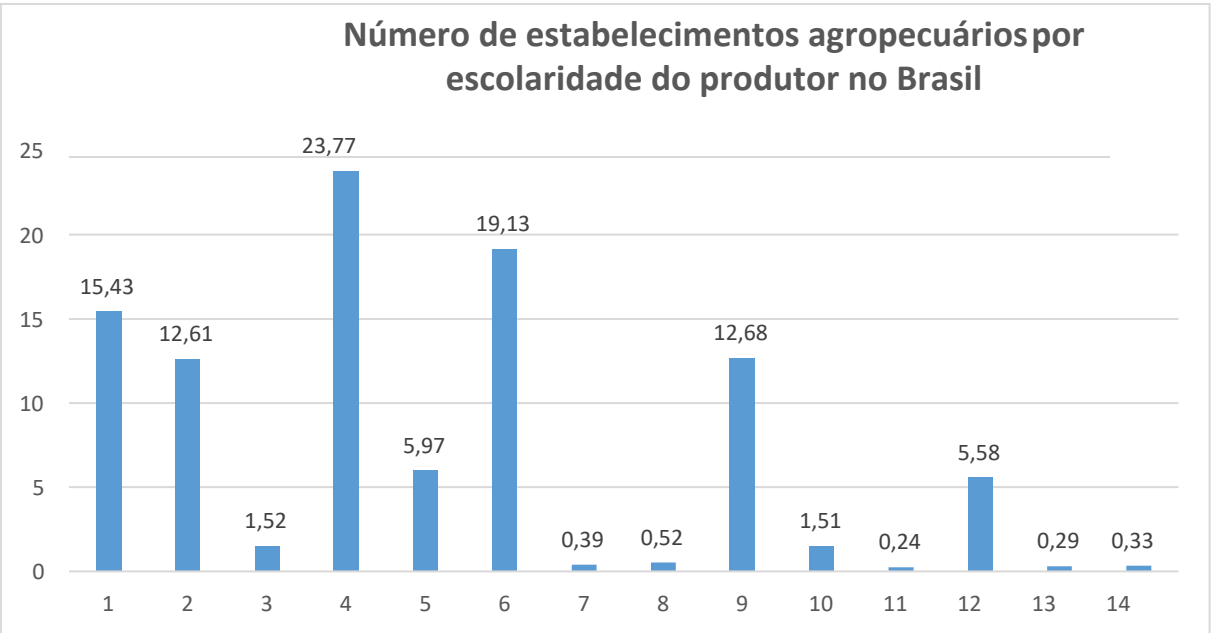
Para a Unesco, uma pessoa é considerada alfabetizada funcionalmente quando é capaz

de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida, independentemente da quantidade de anos de estudo.

A Unesco divide em quatro os níveis de alfabetismo funcional, considerando analfabeto o indivíduo que não consegue realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares, como números de telefone, preços etc.

Em 2022, 5,6 % das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil. Desse total, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,1% (2,1 milhões de pessoas), na Região Sudeste.

O gráfico 01 e a tabela 01 abaixo mostram o total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, verifica-se o nível de analfabetismo 15,43%.



Fonte: CENSO IBGE 2017

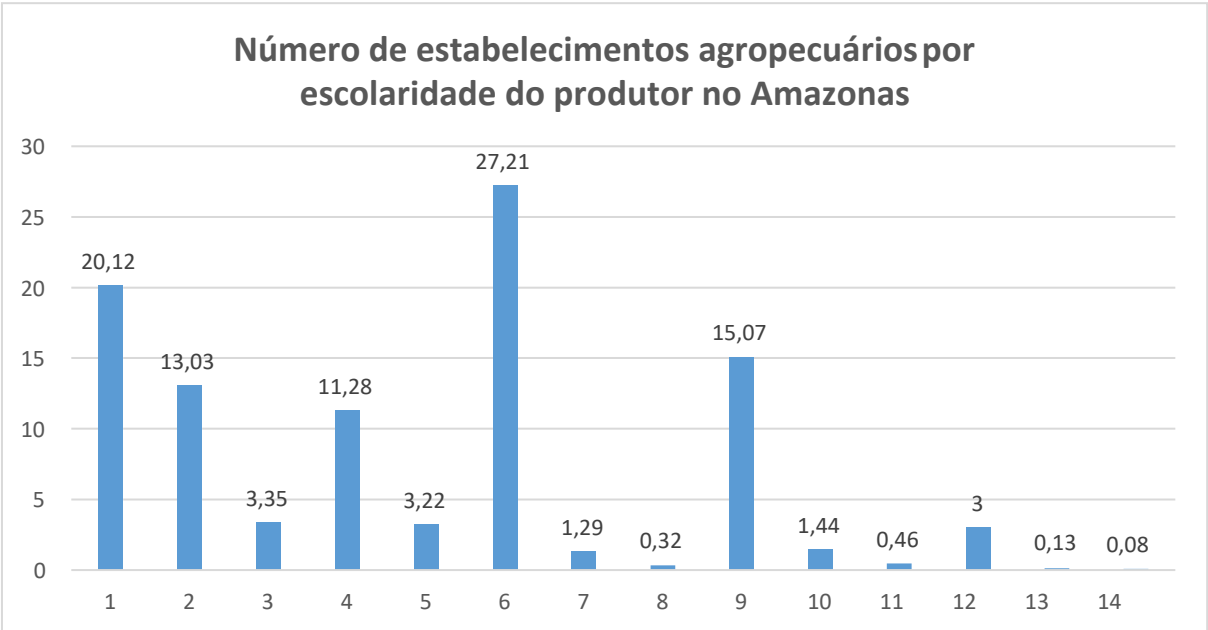
Gráfico 01: Número de estabelecimentos no Brasil. Tabela 01: Número de estabelecimentos no Brasil

	Escolaridade	Estabelecimentos	%
1.	Nunca frequentou a escola	783.925	15,43
2.	Classe de alfabetização - CA	639.800	12,61
3.	Alfabetização de jovens e adultos -AJA	77.209	1,52
4.	Antigo primário (elementar)	1.205.898	23,77
5.	Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	302.936	5,97
6.	Regular do ensino fundamental ou 1º grau	970.673	19,13
7.	EJA – educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	19.768	0,39
8.	Antigo científico, clássico, etc (médio 2º ciclo)	26.253	0,52
9.	Regular de ensino médio ou 2º grau	643.454	12,68
10.	Técnico de ensino médio ou do 2º grau	76.472	1,51

11.	EJA – Educação de Jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	12.342	0,24
12.	Superior - graduação	283.209	5,58
13.	Mestrado ou doutorado	14.586	0,29
14.	Não se aplica	16.799	0,33
15.	Total	5.073.324	100%

A realidade do Amazonas é pior, em relação ao nível de analfabetos, chegando a 20,12%, conforme gráfico 02 e tabela 02 abaixo.

Gráfico 02: Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor no Amazonas.



Fonte: CENSO IBGE 2017

Tabela 02: Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor no Amazonas

	Escolaridade	Estabelecimentos	%
1.	Nunca frequentou a escola	16.291	20,12
2.	Classe de alfabetização - CA	10.545	13,03
3.	Alfabetização de jovens e adultos -AJA	2.714	3,35
4.	Antigo primário (elementar)	9.135	11,28
5.	Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	2.607	3,22
6.	Regular do ensino fundamental ou 1º grau	22.025	27,21
7.	EJA – educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	1.041	1,29
8.	Antigo científico, clássico, etc (médio 2º ciclo)	261	0,32
9.	Regular de ensino médio ou 2º grau	12.204	15,07
10.	Técnico de ensino médio ou do 2º grau	1.167	1,44
11.	EJA – Educação de Jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	373	0,46
12.	Superior - graduação	2.425	3,00
13.	Mestrado ou doutorado	103	0,13

14.	Não se aplica	68	0,08
15.	Total	80.959	100%

Nessa análise realizada, verifica-se a preocupação em aplicar um sistema como é o APPCC, para pequenos e micro empreendedores e produtores rurais, visto que normalmente a empregabilidade se resume a família, com um quadro funcional de numa média de 03(três) pessoas da família.

4 CONCLUSÃO

Não seria melhor cobrar umas Boas Práticas, no qual o Produtor Rural já vem trabalhando e já está habituado a fazer ou treinar melhor com implementação de cursos nessa área, em vez de massificar o mesmo com novos sistemas, novas legislações, novos documentos, visto que observamos a deficiência intelectual e tradicional do nosso produtor rural, as vezes travando, desestimulando, aplicando mais multas, em vez de padronizar uma legislação para melhor entendimento do processo produtivo e melhorar a qualidade, assim desenvolvendo e fazendo crescer o nosso produtor rural, além de treinar mais os responsáveis técnico para implantar com mais exatidão o APPCC.

REFERÊNCIAS

Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF. Site. PORTARIA Nº 156/2021-ADAF/AM. Torna obrigatório a implantação dos Programas de Autocontrole nos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal estaduais registrados no Amazonas. Disponível em <http://www.adaf.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/PORTARIA-156.2021-AUTOCONTROLE.pdf>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Agropecuário Brasileiro de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.